

MAIS DE 75 SEMANAS NO TOP 100 DA AMAZON

ROBIN DIANGELO

NÃO BASTA

NÃO SER

RACISTA

**SEJAMOS
ANTIRRACISTAS**

ROBIN DIANGELO

NÃO BASTA

NAO SER

RACISTA

**SEJAMOS
ANTIRRACISTAS**

Tradução
MARCOS MARCIONILO



CAPÍTULO 1

OS DESAFIOS DE FALAR AOS BRANCOS SOBRE RACISMO

NÃO NOS VEMOS EM TERMOS RACIAIS

Sou norte-americana, branca, criada nos Estados Unidos. Tenho um quadro de referência e uma visão de mundo brancos e me movo no mundo segundo uma experiência branca. Minha experiência não é uma experiência humana universal. É uma experiência particularmente branca em uma sociedade na qual a raça é profundamente determinante; uma sociedade profundamente dividida e desigual pelo critério racial. Mesmo assim, como a maioria das pessoas brancas, não aprendi a me ver em termos raciais, assim como não aprendi a chamar a atenção sobre minha raça ou a me comportar como se isso tivesse alguma relevância. Obviamente, desenvolvi a consciência de que a raça de *alguém* tinha importância, e se fosse para discutir raça, seria a deles, não a minha. Mesmo assim, um componente fundamental da construção da habilidade inter-racial é enfrentar o desconforto de ser vistos racialmente, de ter de agir como se nossa raça importasse (e importa!). Ser visto racialmente é um disparador comum da fragilidade branca. Logo, para construir nossa resistência racial, enquanto pessoas brancas, precisamos encarar o primeiro desafio: dar nome à nossa raça.

CAPÍTULO 2

RACISMO E SUPREMACIA BRANCA

MUITOS DE NÓS FOMOS ENSINADOS A ACREDITAR NA EXISTÊNCIA de diferenças biológicas e genéticas entre as raças. Essa biologia responde por diferenças visuais tais como cor da pele, textura capilar, formato do olho e características que achamos poder ver, como sexualidade, habilidades atléticas ou competências matemáticas. A ideia de raça como um construto biológico facilita acreditar que a maioria das divisões que vemos na sociedade é natural. Todavia, a raça, assim como o gênero, é socialmente construída. As diferenças que detectamos com nossos olhos — textura capilar e cor dos olhos — são superficiais e emergiram como adaptações geográficas.¹ Por baixo da pele, não existe raça biológica de verdade. As características externas que usamos para definir raça são indicadores inconfiáveis da variação genética entre duas pessoas quaisquer.²

Contudo, a crença de que a raça e as diferenças a ela associadas são biológicas está muito profundamente arraigada. Para questionar a crença na raça como determinação biológica, temos de entender os investimentos socioeconômicos que levaram a ciência a organizar a sociedade e seus recursos paralelamente às linhas raciais e por que essa organização é tão duradoura.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA RAÇA

Liberdade e igualdade — independentemente de religião ou classe social — eram ideias radicalmente novas quando os Estados Unidos se formaram. Ao mesmo tempo, a economia americana se baseava no sequestro e escravização dos africanos, no deslocamento e genocídio dos povos indígenas e na anexação de terras mexicanas. Além disso, os colonizadores que não eram imunes a seu próprio condicionamento cultural, trouxeram consigo padrões de domínio e submissão profundamente internalizados.³

A tensão entre a nobre ideologia da liberdade e a realidade cruel do genocídio, da escravização e da colonização precisava ser resolvida. Thomas Jefferson (ele mesmo possuidor de centenas de escravos) e outros se voltaram para a ciência. Jefferson sugeriu haver diferenças naturais entre as raças e pediu aos cientistas que as descobrissem.⁴ Se a ciência conseguisse provar que os negros eram natural e inerentemente inferiores (ele via os povos indígenas como culturalmente deficientes — uma deficiência que deveria ser solucionada), deixaria de haver contradição entre nossos ideais professados e nossas práticas reais. Havia, naturalmente, ambiciosos interesses econômicos na justificativa da escravização e da colonização. A ciência racial foi impulsionada por tais interesses socioeconômicos, que vieram a estabelecer as normas culturais e a regulação legal que legitimavam o racismo e o *status* privilegiado dos que eram definidos como brancos.

Inspirando-se na obra anterior dos europeus, os cientistas americanos começaram a pesquisar a resposta para a pretensa inferioridade dos grupos não anglos. Para exemplificar o poder de nossas perguntas na formação do conhecimento que validamos, esses cientistas não perguntavam: “Os negros (e os demais) são inferiores?”. Eles perguntavam: “Por que os negros (e os demais) são inferiores?”. Em menos de um século, a sugestão de Jefferson da diferença racial tornou-se comumente aceita como “fato” científico.⁵

A ideia da inferioridade racial foi criada para justificar o tratamento desigual; a crença na inferioridade racial não foi o que desencadeou a desigualdade de tratamento. Nem o medo da diferença. Como diz

Ta-Nehisi Coates: “A raça é filha do racismo, não o pai dele”.⁶ Ele está dizendo que, primeiro, nós exploramos as pessoas para tomar seus recursos, não por causa de sua aparência. A exploração veio primeiro, seguida da ideologia da desigualdade entre raças para justificar a exploração que se instalava. Em termos semelhantes, o historiador Ibram Kendi, em sua obra *Stamped from Beginning* [“Rotulado desde o início”], ganhadora do National Book Award, explica: “Os beneficiários da escravidão, da segregação e do encarceramento em massa produziram as ideias racistas de que os negros são os mais adequados para os encarceramentos da escravidão, da segregação, ou das cadeias, os que mais os merecem. Os consumidores dessas ideias racistas foram levados a crer que há algo de errado com os negros, não com as políticas que escravizaram, oprimiram e encarceraram tantos negros”.⁷ Kendi chega ao ponto de discutir que, se realmente acreditamos que todos os seres humanos são iguais, então a disparidade de condições só pode ser resultado da discriminação sistêmica.

A PERCEPÇÃO DE RAÇA

Raça é uma ideia social em evolução, criada para legitimar a desigualdade racial e proteger os privilégios dos brancos. O termo “branco” apareceu pela primeira vez na lei colonial de final dos anos 1600. Por volta de 1790, as pessoas eram solicitadas a declarar sua raça no recenseamento e, em torno de 1825, os graus sanguíneos identificados determinavam quem poderia ser classificado como indígena. A partir de finais dos anos 1800 até o princípio do século XX, na medida em que ondas de imigrantes entravam nos Estados Unidos, o conceito de raça branca estava solidificado.⁸

Quando a escravidão foi abolida nos Estados Unidos em 1865, a branquitude continuou sendo extremamente importante para a exclusão racista legal, e a violência contra os negros foi mantida sob novas formas. Para ganhar a cidadania — e os direitos de cidadão decorrentes —, você tinha de ser legalmente classificado como branco. As pessoas portadoras de classificações raciais não brancas faziam petições à

justiça para serem reclassificadas. A partir de então, os tribunais estavam em condição de decidir quem era branco e quem não era. Por exemplo: armênios ganharam a causa para serem reclassificados como brancos com o auxílio de uma testemunha científica que atestou serem eles cientificamente “caucasianos”. Em 1922, a Suprema Corte decidiu que os japoneses não podiam ser legalmente brancos por serem cientificamente classificados como “mongólicos”. Um ano depois, o tribunal estabeleceu que os indianos não eram legalmente brancos, mesmo que também fossem cientificamente classificados como “caucasianos”. Para justificar essas regulamentações contraditórias, o tribunal decidiu que ser branco se baseava no entendimento comum do homem branco. Em outras palavras, as pessoas já vistas como brancas passariam a decidir quem era branco.⁹

A metáfora dos Estados Unidos como um grande caldeirão, no qual imigrantes de todo o mundo se juntam e se misturam em uma sociedade unificada pelo processo de assimilação, é uma ideia valorizada. Tão logo os novos imigrantes aprendem inglês e se adaptam à cultura e aos costumes americanos, se tornam cidadãos americanos. Na verdade, apenas imigrantes europeus recebiam permissão para se misturar, ou se assimilar, à cultura dominante dos séculos XIX e XX, porque, fosse qual fosse a sua identidade étnica, esses imigrantes eram vistos como brancos, podendo, portanto, se integrar.

Raça é uma construção social. Logo, quem é incluído na categoria dos brancos muda com o decorrer do tempo. Como aquele ítalo-americano de meu seminário percebeu, grupos étnicos europeus tais como irlandeses, italianos e poloneses eram excluídos no passado. Todavia, embora possam ter sido originalmente divididos em consequência de sua origem, os imigrantes europeus se tornaram racialmente integrados por meio da assimilação.¹⁰ Esse processo de assimilação — falar inglês, consumir alimentos “americanos”, descartar costumes que os segregassem — reificava a percepção de os americanos serem os brancos. A identificação racial desempenha, numa sociedade mais ampla, um papel fundamental no desenvolvimento da identidade, no modo como vemos a nós mesmos.

CAPÍTULO 3

O RACISMO PÓS-MOVIMENTO DOS DIREITOS CIVIS

“As crianças hoje são tão abertas. Quando os velhos morrerem, estaremos finalmente livres do racismo.”

“Cresci em uma pequena comunidade rural, então eu estava protegido. Não aprendi nada de racismo.”

“Julgo as pessoas por aquilo que fazem, não pelo que são.”

“Não vejo cor; vejo pessoas.”

“Somos todos vermelhos por baixo da pele.”

“Eu marchei nos anos 1960.”

NOVO RACISMO É A EXPRESSÃO CUNHADA PELO PROFESSOR de cinema Martin Barker para classificar as formas como o racismo foi se adaptando no decorrer do tempo, de modo que as normas modernas, as políticas e as práticas resultem em efeitos raciais iguais aos do passado, embora não aparentando serem explicitamente racistas.¹ O sociólogo Eduardo Bonilla-Silva captura essa dinâmica no título *Racists Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in America* [“Racistas sem racistas: racismo daltônico e a persistência da desigualdade racial nos Estados Unidos”].² Ele diz que, embora quase

ninguém mais declare ser racista, o racismo ainda existe. Como isso é possível? O racismo ainda pode existir pelo fato de ele ser altamente adaptável. Por conta de sua adaptabilidade, precisamos ser capazes de identificar como ele muda no tempo. Por exemplo, depois de uma marcha nacionalista branca e do assassinato de um contramanifestante, o presidente dos Estados Unidos disse haver “pessoas de bem em ambos os lados”. Há alguns poucos anos, esse comentário da parte de um servidor público de altíssimo escalão seria impensável. Mesmo que perguntássemos ao presidente se ele era racista, estou segura de que ele responderia com um alto e sonoro não (de fato, há pouco tempo, ele afirmou ser a pessoa “menos racista” que alguém pudesse conhecer no mundo). Neste capítulo, resenharei vários modos de adaptação do racismo no decorrer do tempo para continuar a produzir disparidade racial, ao mesmo tempo que isenta quase todos os brancos de qualquer envolvimento ou vantagem extraída do racismo.

Todos os sistemas de opressão são adaptativos; eles podem resistir e se ajustar aos desafios e, ainda assim, manter a desigualdade. Pense, por exemplo, no reconhecimento federal do casamento entre pessoas de mesmo sexo e as mudanças estruturais para pessoas com deficiências. Embora os sistemas globais de heterossexismo e capacitismo ainda tenham vigência, eles se adaptaram em certa medida. Tais adaptações são exibidas como garantia, para aqueles que lutaram longa e duramente por uma mudança específica, de que a igualdade foi finalmente alcançada. Esses marcos — como o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a aprovação da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (American With Disabilities Act, ADA, na sigla em inglês), Título 9, a eleição de Barack Obama — são, evidentemente, significativos e merecem ser celebrados. Contudo, os sistemas de opressão estão profundamente enraizados e não são superáveis pela mera aprovação de alguma lei. Os avanços também são tênues, como podemos comprovar nos recentes desafios aos direitos das pessoas LGBTQI (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer* ou questionadores e intersexo). Os sistemas de opressão não são completamente inflexíveis, mas são muito menos flexíveis do que a ideologia popular poderia reconhecer, e o impacto coletivo da desigual distribuição de recursos segue atuante através da história.

CAPÍTULO 4

COMO A RAÇA CONFIGURA A VIDA DOS BRANCOS?

Pessoas brancas: Não quero que me entendam melhor; quero que se entendam a si mesmos. Sua sobrevivência nunca dependeu de seu conhecimento da cultura branca. Na verdade, o que se requer é sua ignorância.

— IJEOMA OLUO

PARA PODER ENTENDER POR QUE OS BRANCOS TÊM TANTA dificuldade em conversar sobre raça, precisamos entender o fundamento implícito da fragilidade branca: como ser branco configura nossas perspectivas, experiências e respostas. Cada aspecto do ser branco discutido neste capítulo é compartilhado por quase todos os brancos no contexto ocidental, em geral, e no contexto norte-americano, em particular. Ao mesmo tempo, pessoa alguma de cor pode afirmar a mesma coisa nesse contexto.

PERTENCIMENTO

Nasci numa cultura à qual pertenci racialmente. Sem a menor dúvida, as forças do racismo já estavam me moldando antes mesmo de eu dar meu primeiro respiro. Se eu nascesse em um hospital, independentemente da década, qualquer hospital estaria aberto para mim por meus pais serem

brancos. Se meus pais procurassem um curso pré-parto, o instrutor seria muito possivelmente branco, os vídeos a que eles assistiriam durante as aulas certamente retratariam pessoas brancas, e seus colegas de curso, com os quais construiriam conexões e vida comunitária, teriam grande chance de serem brancos. Quando meus pais lessem seus manuais de parto e outros materiais escritos, as fotos provavelmente seriam de mães e pais, médicos e enfermeiros brancos. Se eles fizessem aulas de cuidados parentais, as teorias e modelos de desenvolvimento infantil estariam baseados na identidade racial branca. Médicos e enfermeiros assistindo meu nascimento provavelmente seriam brancos. Apesar de meus pais poderem estar ansiosos em relação ao processo de nascimento, eles não teriam de se preocupar, por conta de sua raça, com a maneira pela qual seriam tratados pelos funcionários do hospital. Os anos de pesquisa demonstrando a discriminação racial na assistência médica me asseguram de que meus pais certamente foram bem tratados pelo pessoal do hospital e receberam uma alta dose de cuidado, que não receberiam se fossem pessoas de cor¹.

Por outro lado, as pessoas que limpavam o quarto de minha mãe no hospital, lavavam, cozinhavam e limpavam a lanchonete e mantinham as instalações seriam principalmente pessoas de cor. O próprio contexto no qual entrei no mundo era hierarquicamente organizado por raça. Com base nessa hierarquia, podíamos prever se eu sobreviveria ao meu nascimento a partir de minha raça.

Na medida em que me movo em minha vida cotidiana, minha raça mal se nota. Sinto pertencimento quando ligo a TV, leio os romances mais vendidos e assisto a filmes de grande sucesso. Sinto pertencimento quando passeio pelos corredores do supermercado ou passo de carro pelos *outdoors*. Sinto pertencimento quando vejo o número esmagador de pessoas brancas na lista das “Mais Belas”. Posso me sentir inadequada à luz de minha idade ou peso, mas tenho pertencimento racial. Por exemplo, em 2017, a cantora Rihanna apresentou uma linha de produtos de maquiagem para mulheres de todos os tons de pele. A gratidão das mulheres de cor desabrochou. Muitos de seus tuítes incluíam a interjeição “Finalmente!”² O tipo de tuíte que eu nunca precisei postar.

Sinto pertencimento quando olho para meus professores, orientadores educacionais, colegas de classe. Sinto pertencimento quando

aprendo a história de meu país durante o ano e quando vejo seus heróis e heroínas — George Washington, Thomas Jefferson, Abraham Lincoln, Robert E. Lee, Amelia Earhart, Susan B. Anthony, John Glenn, Sally Ride e Louisa May Alcott.³ Sinto pertencimento quando folheio meus livros escolares e as fotos nas paredes de minha sala de aula. Sinto pertencimento quando converso com os professores de meus filhos, quando falo com seus monitores de acampamento, quando os levo a consultas com seus médicos e dentistas. Por mais que eu tenha de explicar a razão de todas essas representações serem majoritariamente brancas, elas ainda configurarão minha identidade e visão de mundo.

Praticamente em toda situação ou contexto aparentemente normais, neutros ou prestigiosos na sociedade, tenho pertencimento racial. Esse pertencimento é um sentimento profundo e onipresente que sempre me acompanhou. O pertencimento foi profundamente implantado em minha consciência; ele molda meus pensamentos e interesses cotidianos, aquilo por que me empenho na vida e o que espero encontrar. A experiência de pertencimento é tão natural que nem preciso pensar nela. Os raros momentos em que não tenho pertencimento racial surgem como uma surpresa — surpresa que posso desfrutar por sua novidade ou facilmente evitar se a considerar perturbadora.

Por exemplo, fui convidada para uma festa de aposentadoria de um amigo. A festa era um piquenique num parque público, para o qual cada um levava um prato. Quando fui descendo o declive que levava à área de piqueniques, vi que havia duas festas acontecendo, uma ao lado da outra. Uma reunião era primariamente composta por brancos e a outra parecia toda de negros. Senti uma espécie de desequilíbrio enquanto me aproximava, tendo de descobrir qual delas era a de meu amigo. Tive um leve sentimento de ansiedade ao pensar que talvez tivesse de entrar no grupo de negros, depois um leve alívio quanto entendi que meu amigo estava no outro grupo. Esse alívio se amplificou quando pensei que eu poderia ter me dirigido equivocadamente à festa negra! Todos esses pensamentos e sentimentos se deram em pouquíssimos segundos, mas foram um raro momento de autoconsciência racial. A simples possibilidade de ter a experiência de não pertencimento racial foi suficiente para despertar o desconforto racial.